TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 63ª (SEXAGÉSIMA TERCEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 3 DE AGOSTO DE 2016.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Telma Rufino a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – O Expediente lido vai à publicação.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela, como Líder do Bloco Brasília em Evolução. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia pela Liderança da Maioria. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros pela Liderança do PSDB.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz pelo Bloco Amor por Brasília.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Deputados, Deputada Telma Rufino. V.Exa. ficou muito bem nesse local. É porque V.Exa. é da minha linha. Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde à imprensa.

Ontem eu vim à tribuna – a bem da verdade, manifestei-me de onde estava – e manifestei uma preocupação com relação à proposta que eventualmente o Governo do Distrito Federal poderia oferecer – Deputado Chico Vigilante, V.Exa. sempre foi muito próximo de nós policiais civis – aos nossos servidores policiais. Eu temia muito, mas não achei que o governo fosse tão cara de pau. E olha que costumo ser muito cuidadoso quando me refiro às autoridades.

O que o governo fez, primeiro, foi brincar com a inteligência, foi subestimar a inteligência dos policiais. Aquela esmola que foi oferecida empurrou a categoria para uma greve num momento extremamente delicado. Nós estamos próximos às Olimpíadas, a um grande evento. Servidor policial nenhum, servidor público nenhum gosta de entrar em um movimento. V.Exas. sabem disso. Muitos vêm do movimento sindical, muitos participaram de diversos movimentos e sabem que nenhum de nós quer entrar em uma greve, porque você sabe como entra nela, mas não sabe como sai, principalmente em um momento delicado como este. Mas este é um governo intransigente, insensível e, desculpem-me os Deputados da base, mentiroso, que tentou durante todo esse tempo enrolar os nossos nobres policiais. Só que mentira tem perna curta, uma hora acaba, e chegou o momento. E, mais, apresenta uma proposta, Deputado Chico Vigilante, que, no final, ainda tem um golpe quando ele propõe míseros 7% para outubro do ano que vem, 10% para 2018 e mais 10% para 2019. Isso por si só já sepulta a isonomia com a Polícia Federal. E aí aquele PLP que tramita na Câmara dos Deputados, que vai ser aprovado, diz que, em 2019, nenhum governo, a atual gestão, pode dar aumento para outro. Está aqui. Vou ler para não dizerem que estou inventando:

"Art. 21. É nulo de pleno direito:

I - o ato que provocar aumento de despesa com pessoal". Vou direto ao inciso III: "(...) que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20."

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington, V.Exa. está de parabéns por colocar as coisas exatamente do jeito que são. Eu tive não sei se a felicidade... Felicidade sim, porque escapei no dia, não morri e muita gente não morreu. Eu tive a felicidade de participar da primeira passeata de policiais civis do Distrito Federal, a primeira, quando houve aquele tirotaço. E aquela paralisação naquele tempo, Deputado Wellington Luiz, V.Exa., que foi presidente do

sindicato, sabe que foi por causa de uma gratificação que tinha sido retirada dos policiais civis.

É importante que Brasília e o Brasil tomem conhecimento de que a Polícia Civil do Distrito Federal existia antes da Polícia Federal. E ela era a Polícia Federal, que era a polícia do Distrito Federal no Rio de Janeiro.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Departamento Federal de Segurança Pública.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Exatamente.

Portanto, sempre houve a isonomia. Quando tentaram tirar a gratificação, deu aquela confusão que deu.

Eu me lembro de que, no governo Cristovam Buarque, era Ministro da Justiça o Nelson Jobim, um jurista por quem tenho o maior respeito, e foi mandado um projeto para reequilibrar o salário das polícias do Distrito Federal. No caso da Polícia Civil, o Ministro Nelson Jobim exigia, Deputado Wellington Luiz, uma diferença de 10%, porque ele dizia que a Polícia Civil do Distrito Federal não poderia ganhar o mesmo que a Polícia Federal e, portanto, tinha que haver um diferencial de 10%. Isso não prosperou.

E tem mais um detalhe: com o reajuste que a Polícia Federal está tendo agora, as polícias dos ex-territórios que viraram estados, no caso, Roraima, Amapá e Rondônia, estão tendo o mesmo reajuste que foi dado para a Polícia Federal. O mesmo!

Eu fiquei oito anos no Congresso Nacional. E, sempre que era concedido reajuste para a Polícia Federal, era para a Polícia Civil de Brasília e para as polícias dos ex-territórios, que são mantidos pela União.

Portanto, o Governo do Distrito Federal precisa parar com a incompetência e com essa história de dizer que o Governo Federal que está jogando no colo deles, porque não está. É obrigação da Capital da República... Está na Constituição Brasileira, quando foi escrita, reescrita e escrita novamente, está lá na Carta Magna de 1988, Deputado Wellington Luiz, que compete à União organizar e manter a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. É obrigação da União!

Portanto, o Governo do Distrito Federal, para querer ser bonzinho com a União, fica pegando uma responsabilidade e atrapalhando a reivindicação dos policiais. A responsabilidade não é dele. É obrigação da União manter o Distrito Federal.

Portanto, V.Exa. está de parabéns pelo pronunciamento que faz. Estou irmanado com V.Exa. Estarei junto com V.Exa. cobrando a dignidade salarial para essa que é a melhor polícia do Brasil, a Polícia Civil do Distrito Federal.

Parabéns a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Agradeço o aparte do Deputado Chico Vigilante.

A polícia deve muito a V.Exa. por tudo o que fez. Eu sou testemunha disso. Votei em V.Exa. para Deputado Federal. Eu já disse isso e tive o prazer de fazer isso. Vamos contar muito com o seu apoio.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, eu quero manifestar apoio à posição de V.Exa.

Há uma isonomia que é legal. A mesma lei rege as duas polícias. E não há como considerar, mesmo com todas as dificuldades, que aquelas vantagens que uma tem também não sejam concedidas à outra.

De maneira que V.Exa. pode contar, nessa luta, com o apoio da Rede Sustentabilidade, com o nosso apoio. A polícia precisa saber que tem o apoio desta Casa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Agradeço o aparte do Deputado Chico Leite.

O apoio de V.Exa. também é fundamental, até pela musculatura política que V.Exa. tem junto com o partido. Pode ter certeza de que vamos contar, sim. A Polícia Civil agradece, porque é justo o que está sendo pleiteado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – V.Exa. é o Presidente. Eu ainda tenho um restinho de juízo, pouco, mas tenho. Ouço o aparte de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Deputado Wellington Luiz, eu também quero me somar a essa luta de V.Exa. não só pela valorização da Polícia Civil, mas de justiça à melhor Polícia Civil deste País.

Uma conquista que foi a isonomia com a Polícia Federal, na realidade, não é uma conquista, é uma justiça. Como muito bem colocou aqui o Deputado Chico Vigilante, a Polícia Civil do Distrito Federal foi a primeira Polícia Federal do País, porque era ela, na época, que fazia as investigações.

Quero me somar a essa força, e também precisamos, Deputado Wellington Luiz, ajudar o Distrito Federal a encontrar saídas para garantir a execução desses aumentos. Não só o encaminhamento de uma mensagem talvez, Deputado Wellington Luiz, mas que esses aumentos, essas garantias, essas conquistas venham, de fato, a sair do papel.

Nós, Câmara Legislativa, precisamos ter – e acredito que temos – essa responsabilidade em auxiliar... e aí não estou falando o Governador, mas Brasília... Para executar esses aumentos dessas categorias, que são de extrema importância para a nossa sociedade, a nossa cidade.

Então, eu me somo a essa luta em relação à Polícia Civil. Quero dizer a V.Exa. que tenho certeza de que o Governador Rodrigo Rollemberg vai se sensibilizar e, junto conosco, buscar uma saída para que a Polícia Civil continue sendo a melhor polícia do nosso país.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado, Deputado. Agradeço também a manifestação de V.Exa. O senhor também é fundamental nesse apoio.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Deputado Wellington Luiz. Eu pedi a palavra novamente apenas para dizer que há pouco recebi um telefonema do Deputado Cláudio Abrantes, que está na assembleia da categoria e que manifesta integral apoio. S.Exa. está vindo ao plenário e ainda hoje se manifestará em consonância com V.Exa.

Obrigado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado, Deputado. Eu estou indo à assembleia daqui a pouco. Fizemos o contrário. Vamos nos revezar.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, fiz questão de falar primeiro pela gravidade da situação. Quer dizer, não dá para ficar brincando que não se estão ouvindo os gritos da população, em busca de segurança. A gente sabe que a solução disso passa por decisões do Governo do Distrito Federal, que tem se notabilizado pela lerdeza no trato da coisa pública.

Eu queria dizer, aproveitando que o Deputado Delmasso ainda está aqui no plenário, que eu gostaria muito de ter essa certeza dele de que o governador vai se sensibilizar, porque, sinceramente, até agora ninguém conseguiu descobrir o que é que pode sensibilizar esse rapaz. Ele não se sensibiliza com nada! Brasília está parada, os trabalhadores da Caesb estão aí, parados, em uma justa reivindicação, e ele nada faz para resolver o problema. O Metrô precisa que o Judiciário determine o que precisa ser feito. Está aí a Polícia Civil com as suas mazelas, as suas dificuldades expostas claramente, e o governador continua fazendo cara de paisagem.

Então, Deputado Wellington Luiz, eu me solidarizo com V.Exa. Tão logo V.Exa. saia para ir para a manifestação, quero poder acompanhá-lo se for conveniente. Faço questão de estar ao lado das pessoas que querem prestar serviços a Brasília, e o governo, lamentavelmente, atrapalha.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Agradeço ao Deputado Raimundo Ribeiro. Será um prazer, Deputado, andar com um anjo da guarda como V.Exa.

Bom, eu falava sobre golpe que o senhor governador tenta aplicar nos policiais. O governador tem que parar de mentir para as pessoas, para os servidores públicos. Acho que chegou o tempo de enfrentar os problemas, chegou o tempo de começar a conversar com os servidores públicos.

Bem disse o Deputado Raimundo Ribeiro sobre a covardia que está sendo feita com os servidores da Caesb, que têm um papel fundamental no Distrito Federal e não são tratados com dignidade (Palmas.).

É inadmissível o que ele está tentando fazer com a Polícia Civil, uma polícia sucateada e que ainda enfrenta a criminalidade com a cara e com a coragem. Nós não vamos aceitar!

É bom que as autoridades, Presidente Celina Leão, saibam que, se a Polícia Civil entrar em um movimento paredista, o grande responsável, mais uma vez, será o Sr. Governador Rodrigo Rollemberg. Se os servidores da Caesb estão em greve, o grande responsável é, sim, o Sr. Governador Rodrigo Rollemberg, que, como bem disse o Deputado Raimundo Ribeiro, não tem sensibilidade nenhuma para lidar com trabalhadores, não consegue dialogar, não consegue enfrentar os problemas, sempre empurrando com a barriga, como se todos fôssemos crianças. Mas é bom o governador saber que vamos reagir e que não vamos aceitar.

Pode ter certeza, Sr. Governador, de que haverá uma reação muito forte. Não aceitaremos, em hipótese alguma! Só o dinheiro, Deputado Ricardo Vale, que estão querendo colocar nas OS, no valor de 840 milhões, já seria suficiente para pagar o reajuste dos servidores da Caesb e de outros servidores. Ou que fosse aplicado na própria saúde de forma digna. Mas não. Preferem outros caminhos obscuros. Podem ter certeza de que vamos enfrentar isso. Não tenham dúvida!

E hoje, Presidente Celina Leão, temos, com certeza absoluta, que receber a reivindicação desses servidores da Caesb, assinar aqui um requerimento e abrir uma nova CPI, a CPI da Caesb, para saber quais são as irregularidades que existem naquela Casa.

Não há como esta Casa se calar diante de tantas mazelas deste governo! Não é possível que o governo, em um ano e meio, tenha tantas denúncias!

E não adianta acharem que vão me intimidar, querendo me vigiar, me perseguir, porque não tenho medo, Deputado. Não tenho rabo preso. Podem ter certeza absoluta: podem vir, mas vai ter volta! Não tenho preocupação, não!

Vocês, trabalhadores, e os trabalhadores da Polícia Civil, nesta Casa, têm quem os defendam e vão ter sempre. Estamos do lado de vocês. É bom que o governador saiba disso.

Muito obrigado. Que Deus abençoe a todos!

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu queria, incialmente, saudar todos os servidores públicos da Caesb que estão aqui nesta tarde. Vocês são muito bem-vindos à Câmara Legislativa.

Quero saudar também todos os Deputados. Não tive a oportunidade de estar ontem na nossa primeira sessão, porque eu estava na Câmara dos Deputados junto com os representantes do Ministério Público, do Tribunal de Contas, contra o congelamento do salário dos servidores públicos, o PL n° 257. Isso vai atingir a todos. Então, estávamos ontem na Câmara dos Deputados e não tive condição de estar presente aqui. Mas quero saudar todos os Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

Eu queria saber se a comissão da Caesb já está aí. A comissão já desceu? Estão aqui já? Onde está o Deputado Ricardo Vale?

Eu queria trazer uma informação para todos os membros. Fui abordada por uma comissão e por todos os servidores que estão lá em cima, do lado de fora da Câmara. Eles gostariam de entregar um documento, formalmente, a todos os Deputados. Pedi que eles formassem uma comissão de cinco pessoas para adentrar o plenário. Como eles estão de camiseta para entregar esse documento formalmente, quando eles estiverem prontos, vou suspender a sessão por um minuto, para que façamos a entrega simbólica. Acredito que é um pedido de CPI da Caesb. Nós vamos receber simbolicamente porque eles não queriam entregar só para mim, queriam entregar a todos os Parlamentares. Vou suspender a sessão na hora em que a comissão estiver pronta.

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso pela Liderança do PTN.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa, demais assessores, venho aqui hoje falar sobre esse Projeto de Lei nº 257 que está em tramitação no

Congresso Nacional. Um dos seus principais artigos proíbe ao Poder Executivo aumentar as despesas de pessoal a partir do ano de 2019.

Na minha visão, o mais grave não é somente esse dispositivo, o mais grave é que o Projeto de Lei nº 257 estabelece, Deputado Julio Cesar, Líder do Governo, que as despesas dos governos, a partir de 2019, não poderão ser superiores às do ano-exercício anterior. Ou seja, os governos que economizaram, fizeram o dever de casa cortando na carne, cortando despesas nos quatro últimos anos, de 2015 até 2018, vão ser penalizados na elaboração dos orçamentos do quadriênio seguinte, tendo em vista esse dispositivo que determina que a despesa deverá ser a média – e aqui quero corrigir minha fala – das despesas somadas dos últimos quatro anos.

Aqueles governos que economizaram, que cortaram na carne, que diminuíram despesas de custeio, vão ser penalizados; e aqueles governos que foram irresponsáveis, que gastaram mal, que gastaram muito, com base nesse projeto, vão ser beneficiados. Com certeza, a média dos últimos quatro anos para quem gastou mal e gastou muito, Deputado Wellington Luiz, será maior do que a daqueles governos que economizaram e cortaram na carne.

Isso é, na realidade, o que eu chamo de casca de banana, porque a visão do Projeto de Lei nº 257 é enrijecer a Lei de Responsabilidade Fiscal. Como muito bem diz, a lei é de responsabilidade fiscal, mas a forma como o dispositivo legal está sendo construído favorece a irresponsabilidade fiscal, porque, repito, vai fortalecer aqueles que gastam muito, que vão querer gastar mais. E aqueles que economizaram, nos próximos dois anos, para não prejudicar o orçamento no próximo quadriênio, terão de gastar aquilo que não devem.

Isso acontece também, Sra. Presidente, quando o projeto estabelece o limite no orçamento dos Poderes Legislativo e Judiciário. O Poder Legislativo que economiza como, por exemplo, a Câmara Legislativa, que no ano passado economizou 24 milhões de reais – da mesma forma, o Tribunal de Contas do Distrito Federal, no ano passado, economizou 36 milhões de reais – vai ser duramente penalizado por ter economizado. Outras assembleias, outras casas legislativas, outros tribunais de conta de outros estados, que não economizaram e gastaram seus recursos, vão ser agraciados, tendo em vista que as suas médias vão ser maiores do que a das casas legislativas que economizaram.

Então, quero aqui fazer um apelo. Espero que esse discurso possa chegar principalmente aos parlamentares do Distrito Federal no Congresso Nacional. Quero pedir aos deputados que têm bancada de seus partidos no Congresso Nacional que votem contra esse projeto, ou que esses artigos sejam retirados desse projeto.

Entendemos que o Brasil vive uma crise econômica que impacta diretamente as contas públicas, mas esse projeto agracia a irresponsabilidade fiscal. Se nós queremos fortalecer aqueles que praticam a Lei de Responsabilidade Fiscal de fato, reduzindo os custos e colocando a atividade fim do Estado para funcionar, esse

projeto, da forma como foi construído, não pode ser aprovado no Congresso Nacional porque, além de prejudicar os servidores, congelando qualquer tipo de aumento, vai prejudicar também o bom andamento das políticas públicas já estabelecidas, principalmente projetos que podem ser considerados estruturantes.

Se você pega a média dos últimos anos de uma unidade da Federação como o Distrito Federal, que tem graves problemas econômicos e financeiros – a média dos quatro anos para a construção do orçamento de 2019 –, com certeza, se isso passar, o Distrito Federal não vai conseguir honrar os seus compromissos.

Então, eu quero aqui fazer um pedido para que aqueles que têm Deputados na bancada federal possam conscientizá-los em defesa do Brasil, em defesa do serviço público e, acima de tudo, em defesa da boa prática de gestão pública. Nós não podemos agraciar quem gasta irresponsavelmente e penalizar quem cortou, quem economizou nas contas públicas.

Obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Delmasso.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu queria consultar V.Exa. Ontem nós tínhamos combinado que hoje talvez tivéssemos uma reunião com os Deputados para falarmos sobre a questão da saúde. Eu quero ver se existe essa possibilidade, após fazermos essa pausa. Na sequência, poderíamos reunir os Deputados rapidamente, só para falarmos sobre esse tema também.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Julio Cesar, eu só fico preocupada porque não avisamos todos os Deputados. Essa é uma pauta para a qual precisamos ter a permanência dos 24 Deputados. Por mais que a gente ache que é importante fazer essa reunião, eu gostaria de chamar para amanhã. Assim, a gente dará oportunidade aos 24 Deputados de participarem. Eu não chamei porque ontem a gente iniciou a discussão do Projeto de Lei nº 257, que se estendeu até hoje e ainda está acontecendo – inclusive eu terei que sair um pouco mais cedo para voltar à Câmara dos Deputados. Eu queria chamar a reunião com a presença dos 24 Deputados. Senão fica uma reunião esvaziada, sem decisões para serem tomadas.

Se V.Exa., depois de atender a Caesb, quiser discutir um pouco com quem está aqui, mas sem ter algo definitivo, não tem problema, Deputado Julio Cesar.

DEPUTADO JULIO CESAR – Amanhã é ponto facultativo, acho que a gente não conseguiria reunir os Deputados. Eu acho que não conseguiríamos reunir os Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Julio Cesar, o ponto facultativo é no período da tarde. Não é, não?

DEPUTADO JULIO CESAR – Não. É o dia inteiro. Pode verificar. Já vimos.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Vou tentar para sexta-feira.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sexta-feira seria uma data bacana. Como haverá a CPI da Saúde pela manhã, talvez no período da tarde seja importante.

Obrigado.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu só quero cumprimentar os trabalhadores da Caesb. É do conhecimento da Casa que eles já estão em greve há muitos dias. Estamos quase chegando a três meses de greve. Aqui nós tentamos intermediar – alguns Deputados daqui, como eu, o Deputado Rafael Prudente e uma série de outros –, mas essa greve não acabou.

Eu estou muito feliz hoje porque eles estão vindo aqui protocolar um pedido de CPI, uma CPI popular. Eles colheram quase 25 mil assinaturas e estão vindo aqui entregar um projeto de iniciativa popular.

Sinto muito orgulho. Foi projeto de iniciativa nossa, mas com aprovação de toda esta Casa. A Câmara Legislativa deu uma demonstração, aprovando esse projeto da CPI popular. O cidadão vai poder participar mais, cobrar mais. Eu fico muito feliz por ter sido autor dessa lei.

Esse é justamente o primeiro pedido de CPI de iniciativa popular, o dos trabalhadores que estão nessa luta. Eu espero que a gente abra aqui essa CPI, investigue realmente o que está acontecendo, porque a Caesb é uma empresa muito importante, um patrimônio público da nossa cidade. A gente tem que ter muito cuidado com ela e valorizar esses servidores.

É um momento importante e eu fico muito orgulhoso de ter sido o autor dessa lei. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Ricardo Vale.

Peço à segurança que encaminhe a comissão aqui onde estão os Parlamentares.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16h20min, a sessão é reaberta às 16h27min.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Está reaberta a sessão.

Quero fazer uso da palavra, inclusive, para cumprimentar os servidores da Caesb e falar sobre esse assunto.

(Assume a presidência Deputado Raimundo Ribeiro.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, inicialmente eu queria parabenizar todos os servidores da Caesb que aqui se encontram. A gente tem a oportunidade de ter muitos amigos que trabalham nessa empresa. É bom falar que essa empresa não é de governos, essa empresa é do Estado, é do Distrito Federal.

Nós sabemos, Deputado Raimundo Ribeiro, que a Caesb já sobreviveu a grandes golpes, mas a tentativa, por muitas vezes de falta de negociação... É muito bonito quando os servidores da Caesb lutam pelo seu maior patrimônio, que são seus próprios servidores.

A Caesb é uma empresa que foi construída em cima de muita luta e trabalho, e tem vencido, com muita luta do próprio sindicato e dos trabalhadores, a uma invasão da terceirização que tem tentado acabar muito com o serviço público que hoje existe na Caesb.

Mas o que eu percebo é que quando uma negociação entre Estado e empresa pública chega a esse nível, de os servidores buscarem 25 mil assinaturas para tentar uma CPI, mostra a total falência da negociação do governo. Nenhum sindicalista, nenhum servidor público iria para a rua pedir assinatura, coletar assinatura, se tivesse um canal de diálogo.

Nós vivemos em uma democracia. Aqui, nós discordamos várias vezes, muitas vezes. Mas nós, muitas vezes, consensuamos as discórdias e saímos com algum encaminhamento, e hoje três importantes carreiras do Distrito Federal estão em greve: o Metrô, a Caesb e a Polícia Civil, e nós sabemos que temos condições de dialogar. O que deixa muitas vezes esta Casa e o servidor público espantados é a falta, parece, de vontade de construir uma alternativa, porque todos nós sabemos a dificuldade financeira por que estamos passando. Mas quando você vai para uma mesa de negociação você consegue diminuir algumas questões, ampliar outras.

Quando nós começamos a nossa negociação com o nosso sindicato, ele tinha um pleito e nós conseguimos fazer uma contrapartida e, graças a Deus, o problema do servidor efetivo da Câmara Legislativa está resolvido. Nunca será o que nós gostaríamos porque nós vivemos realmente uma crise financeira, mas a total ineficiência e ineficácia do governo em dialogar com o servidor público traz a esta Casa uma preocupação muito grande. E qual é a preocupação? O colapso do serviço

público no Distrito Federal pela má vontade, a má gestão e a incapacidade do governo de dialogar. É muito complicado isso. Esta Casa tem tentado por muitas e muitas vezes fazer essa intervenção, e é papel desta Casa fazer essa intervenção, fazer essa colocação.

Então, nós recebemos nesta tarde esse pedido de CPI, primeiro com muito respeito ao trabalho desse servidor público que foi para a rua buscar essas assinaturas e que hoje traz o apoio da sociedade de Brasília para a primeira CPI popular que poderá ser instalada na Câmara Legislativa, mas o nosso segundo sentimento é de frustração pela total incapacidade do governo de negociar. E é esse apelo que nós fazemos ao Governo do Distrito Federal nesta tarde. Não é possível que a gente não tenha maturidade para sentar à mesa e fazer uma proposta decente para um servidor que presta um serviço decente. E o que me deixa mais perplexa, que aconteceu também no Governo Agnelo, é que muitas vezes o servidor faz a greve e qualquer tragédia que acontece é culpa do servidor. É culpa do servidor que está brigando para ter um serviço de qualidade ou é culpa da empresa que está terceirizando, colocando gente que não tem qualificação para cuidar daquele serviço?

Então, é essa reflexão que eu gostaria de chamar nesta tarde de hoje porque esse texto simbólico que vem com o apoio da população do Distrito Federal para este Poder pedindo uma investigação na Câmara Legislativa vem também com muitas coisas conectadas. A denúncia também nós vamos analisar porque toda CPI tem que ter materialidade, tem que ter denúncia, tem que ter objeto específico. A gente vai também dar uma olhada na denúncia, que é muito grave, porque a empresa não é para que o Diretor tenha benefício dela; o Diretor é um servidor, ele tem que servir a ela e não ser servido por ela. (Palmas.)

O que eu quero falar é que o que depender deste Poder Legislativo nós vamos analisar todo esse pedido com muita coerência. Eu quero realmente dar boas-vindas aos nossos colegas, falar que esta Casa já instalou três CPIs. No ano passado nós conseguimos instalar a CPI do Transporte Público, nós indiciamos 17 pessoas; nós conseguimos instalar a CPI da Saúde, na qual estamos trabalhando com muita firmeza, mas com muita cautela para que não sejamos injustos com as pessoas. Nós não faremos daqui um palanque político, nós seremos justos porque ninguém gosta de ser injustiçado, mas nós não nos curvaremos de investigar, porque esse Poder tem como uma das principais funções a fiscalização. Por muitos momentos ele se perdeu achando que deveria ser uma extensão do Poder Executivo, mas é nesse resgate da competência do poder de fiscalização do Poder Legislativo que eu acredito que nós vamos resgatar realmente a credibilidade do cidadão do Distrito Federal neste Poder, que quer fiscalizemos e cumpramos o nosso papel. (Palmas.)

Então esta Casa não será extensão de nenhum Poder. Nós temos uma relação harmônica, não aceitamos alguns tipos de colocação que vêm sendo feitas de armação, de não sei o quê... Eu acho que isso é a resposta de quem não quer responder. No caso específico da CPI da Saúde, o que deixa este Poder e talvez a

sociedade toda espantada é que, ao invés de o Subsecretário que está sendo denunciado de pedir propina ter sido pelo menos afastado por 180 dias, quem foi afastado foi o delegado que se colocou à disposição de investigar. É algo bem diferente do que se espera. Ora, ele está sendo denunciado; no mínimo, vamos afastá-lo 180 dias, para lhe dar o direito, a pessoa não pode ser acusada sem provas, vamos investigar, mas na lógica do governo quem foi afastado foi o delegado que se colocou à disposição de investigar. Numa crise como essa que nós já estamos vivendo na Polícia Civil, um fato desse... Eu não sei quem são os conselheiros do governador, os conselheiros do rei, mas eles o têm aconselhado de forma muito errada, como se vivêssemos num sociedade em que as pessoas não têm *internet*, não têm Facebook, não buscam informações. É isso que dá ter ao lado só gente que puxa o saco, que passa mão e fala: "Você está certo, você está correto, está tudo certo, está tudo lindo." Eu gosto muito quando os meus assessores chegam para mim e falam: "A senhora está errada. Não está bom o que você está fazendo. Você precisa melhorar." É isso que faz uma equipe. Quando você erra, falar que errou.

Eu acho essa sequência de erros que vem acontecendo na gestão do governo deixa esta Casa preocupada, porque quem sofre é o cidadão lá da ponta, que está precisando às vezes de um serviço da Caesb, que precisa de um serviço da Polícia Civil, que precisa andar de metrô e não está conseguindo andar pela incapacidade do governo de negociar. Esta Casa não vai esgotar a representatividade que tem, o que pudermos fazer para acabar com essas greves e dar condição de os servidores se sentirem atendidos nós iremos fazer.

No mais, eu quero desejar a todos os Deputados um bom semestre, que possamos trabalhar. Acreditamos muito nesta CPI, que montou um calendário hoje. Esta Casa não vai se furtar ao seu papel, que é realmente o de representar a população do Distrito Federal. Muito obrigada. (Palmas.)

Peço que o Secretário Legislativo, o pessoal da Assessoria Legislativa e o protocolo – viu, Marcelinho? – recebam oficialmente os documentos entregues. Eu vou ter que sair porque vou ter que voltar à Câmara dos Deputados. Então, passo a Presidência a V.Exa., Deputado Raimundo Ribeiro.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Vou passar a Presidência para o Deputado Julio Cesar, Segundo Secretário desta Câmara.

(Assume a Presidência o Deputado Julio Cesar.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, será muito rápido, até porque vou ter que sair junto com o Deputado Rafael Prudente para irmos a uma manifestação dos policiais civis.

Primeiro, eu gostaria de saudar os servidores da Caesb que estão aqui lutando pela sobrevivência de um órgão que é vital para o Distrito Federal. Desde que este governo começou, está se tentando realmente vilipendiá-lo. Então, ao cumprimentá-los, quero parabenizá-los pela disposição de luta porque realmente se o governo, que tem a obrigação de defender o patrimônio público, não o faz, os servidores assumem isso, e assumem com muita legitimidade. (Palmas.)

Segundo, eu não sabia, parece que há até nepotismo lá na Caesb. Eu estou vendo na faixa que o Governador é primo do presidente, que por sua vez é irmão de um outro. Quer dizer, a coisa está se afunilando, está se apequenando e está se formando uma grande família. Acredito que isso não seja do agrado da população do Distrito Federal, que não votou neste governo para esse tipo de coisa, ela votou neste governo porque esperava um trabalho sério. Mesmo que não no ritmo desejado, mas que fosse pelo menos num ritmo aceitável, o que não está acontecendo porque a lerdeza é a marca, é a característica fundamental deste governo.

A Deputada Celina Leão falou da questão dos puxa-sacos que ficam em volta do Governador dizendo a ele que está tudo bem. Durante certo tempo eu integrei o tal do Conselho Político do governo, em que os partidos podiam sentar e conversar. Foram só duas ou três reuniões, alguns puxa-sacos estavam naquela mesa dizendo ao Governador que estava tudo bem, mas tive a oportunidade de dizer ao Governador: "Não está tudo bem. Se você sair na rua, vai levar ovo. Esse lugar que vocês ocupam eu já ocupei, eu já fui secretário também". Eu presto um desserviço ao Governador quando minto para ele, quando passo a ele uma realidade que não existe. O Governador Rodrigo Rollemberg, desde que começou seu governo, enfrenta dificuldade de aceitação pela população.

Aliás, quero fazer justiça ao Odir Ribeiro – alguns até acharam que era meu tio, mas não é; é Ribeiro, mas não é tio. Odir mostrou uma pesquisa em que apenas 10% da população aprovam esse governo. Quer dizer, nunca houve um índice tão baixo de aprovação de um governo, mas evidentemente isso tem uma razão de ser, e a razão é o festival de trapalhadas que esse governo promove.

Eu quero comunicar também, Deputado Delmasso, que o governo acaba de trazer uma proposta de isenção tributária. Autoriza os Estados e o DF a conceder isenção do ICMS nas operações com produtos nacionais e estrangeiros destinados aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. Ou o governo está mentindo, ou é brincadeira! Ele diz que não tem dinheiro, Deputado Rafael Prudente, e concede isenção? Isenção para quem? Para as empresas estrangeiras que vêm aqui, vendem seus produtos e vão embora. Realmente, isso não é parceria. Isso é vassalagem, é subserviência. Isso é vergonhoso, para falar a verdade.

A outra situação que eu gostaria de abordar rapidamente, Sr. Presidente, é o Tribunal de Justiça do Distrito Federal ter reconhecido a Terracap como

proprietária de terras no Jardim Botânico. Jardim Botânico é um bairro muito bom, tem inúmeras benfeitorias, mas, cabe dizer, nenhuma patrocinada pelos governos. O Governo do Distrito Federal nunca botou um tostão nesses condomínios, e agora o Governo Rodrigo Rollemberg recebe de presente uma decisão judicial que reconhece a propriedade da Terracap.

Eu espero que o Governador mude um pouco o seu norte, porque o que a gente vê com esse governo é apenas o aspecto econômico. A toda hora quer ganhar dinheiro dizendo que está em dificuldade. Estou acabando de provar aqui, com a proposta do próprio governo, que ele não passa dificuldade nenhuma, porque está abrindo mão. Mas já circula nos corredores da Terracap e do Buriti que o governo vai ficar rico cobrando dos moradores do Jardim Botânico. Essa é a oportunidade que ele tem de fazer algo de bom para Brasília. Esse algo de bom é promover a paz social, é acabar com essa angústia dos moradores de condomínios que estão há vinte, trinta anos desbravando aquelas áreas que antes não tinham valor nenhum. A partir do momento em que os moradores resolveram residir naquele local e fazer benfeitorias, aquelas áreas realmente valorizaram.

Aí, é justo que o governo, aproveitando disso, queira cobrar valor de mercado? Isso no Código Penal tem nome: é enriquecimento ilícito. Aquele que não contribuiu para a valorização não pode se beneficiar dela. Mas o governo parece que quer resolver os seus problemas, ou dizer que quer resolver os seus problemas cobrando, extorquindo, expropriando as pessoas de bem, que sofreram a vida inteira para adquirir sua casa. Tenho certeza, não sei o que vai dar, mas se o governo insistir nisso, o nosso mandato será dedicado para que a gente possa realmente defender a justiça que tem de ser feita com os moradores de condomínios.

Fizemos assim quando exerci o meu primeiro mandato, Deputado Julio Cesar. Em 2007 fizemos com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios um termo de ajuste de conduta. Encontramos um mecanismo e um caminho legal para que pudéssemos, com muita tranquilidade, fazer a transferência de propriedade do Distrito Federal para os moradores a um preço justo, e considerando todo o histórico daqueles moradores que lá estão.

(Assume a Presidência o Deputado Raimundo Ribeiro.)

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero somente fazer uma ponderação sobre esse projeto de resolução que V.Exa. trouxe nesta tarde, em que o Governo do Distrito Federal está propondo a isenção. Eu gostaria apenas de relembrar a V.Exa. que essa não é uma decisão do Governador, isso foi definido no Confaz e já aconteceu quando a Copa do Mundo esteve em nosso país. Um dos requisitos para que o Brasil recebesse a Copa do

Mundo eram essas isenções. O Governo Federal assim por bem decidiu. Isso também está sendo feito nas Olimpíadas.

Neste momento, V.Exa. disse como se fosse o Governo do Distrito Federal que estivesse fazendo com que isso aconteça. Não! Em todos os Estados onde há jogos olímpicos foi concedida essa isenção, mediante o recebimento das Olimpíadas. Apenas para deixar claro, pois até aqui estamos ouvindo. Realmente ouvimos muitas coisas que precisam mudar, mas também é preciso que sejamos justos a cada caso. Então, seria injusto aceitarmos uma afirmação dessas, sendo que não é uma decisão do governo, até porque é uma obrigação para os estados, senão não teríamos jogos das Olimpíadas aqui em Brasília. Diga-se de passagem, os ingressos estão esgotados. Tivemos informação de que amanhã, no jogo do Brasil, o estádio estará lotado e isso está fomentado a economia local. Existem ferramentas que vêm para contribuir.

Com relação ao Jardim Botânico, está-se esperando uma decisão judicial. Ouvimos depoimentos de alguns Deputados cobrando, mas é preciso fazer o meio-termo aqui, porque não adianta somente cobrar da Casa. Tem que dar aumento para a Caesb, para a Polícia Civil, mas a pergunta é: de onde vai sair tanto dinheiro para o aumento de todas as categorias? Muitas vezes vemos a cobrança, Deputado Lira, mas outras vezes, quando há cobrança, na verdade, é a Justiça que está determinando esses valores. E aí, também há um questionamento.

É muito difícil, eu fico imaginando a posição do Governador. A gente recebe a cobrança, tem que dar aumento. Mas na hora de arrecadar, também tem esse tipo de cobrança. Eu queria somente fazer essa ponderação. V.Exa. é uma pessoa que sempre traz assuntos pertinentes a esta Casa, e eu não poderia deixar de falar sobre essa questão do Confaz, que foi aprovado em todos os Estados.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Acato o esclarecimento do Deputado Julio Cesar como Líder do Governo. Infelizmente, Deputado, eu fico agora com a confirmação daquilo que circulava na cidade, mas que eu não tinha a confirmação. Realmente este governo é o prolongamento do governo anterior.

Quando o pessoal, em campanha, dizia que o Rollemberg era o Agnelo 2, eu até ficava em dúvida, mas agora eu não tenho dúvida nenhuma. Está se repetindo, o que eu acho que não deve ser bom, porque a população reprovou o Governo Agnelo. Repetir e manter a estrutura que estava aí e dizer que independe do Governador, não. Se ele quisesse, ele não assinava.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Delmasso. Antes eu quero passar a Presidência ao Deputado Julio Cesar.

É o Deputado Delmasso quem vai presidir? Então, Deputado Delmasso, eu gostaria de passar a Presidência para V.Exa.

(Assume a Presidência o Deputado Delmasso.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Só para esclarecimento. Esse convênio do Confaz abrange as seguintes cidades: Belo Horizonte, Brasília, Manaus, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Aqui nós vemos diversas cidades que são governadas por diversos partidos, a saber: Brasília, pelo PSB; Rio de Janeiro, pelo PMDB; Salvador, pelo Democratas; São Paulo, pelo PT e Manaus, pelo PSDB.

Estou dizendo isso só para a gente fazer uma avaliação de que, de fato, para esse tipo de isenção não se olha a questão partidária ou a questão de gestão. Deu-se por um compromisso que o Brasil assumiu em receber as Olimpíadas de 2016.

Não é um compromisso de governador a, de prefeito b, de vereador c, de deputado d. É o compromisso que o Brasil assumiu com o Comitê Olímpico Internacional, que o Conselho Nacional de Política Fazendária, o CONFAZ, que é presidido pelo Ministro da Fazenda e que reúne todos os Secretários de Estado de Fazenda, aprovou, lembrando que qualquer tipo de benefício, Deputado Rafael Prudente...

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – É que estou numa questão...

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sem querer recriminar V.Exa., que está presidindo neste momento – longe disso –, eu quero dizer que eu, por exemplo, estou inscrito. Fui o primeiro a chegar. Vai dar 17h e estou esperando pacientemente. Se ficar esse pingue-pongue entre integrantes da Mesa, sem respeitar o Regimento, nós aqui, pobres mortais da planície, não vamos falar nunca.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Vou já concluir e já passo a palavra para V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu estou inscrito. O que eu quero? Quando alguém, que estiver presidindo, precisar falar e estiver inscrito, que desça e fale daqui. Isso é o que o Regimento manda.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Na realidade, eu assumi essa posição porque o Deputado Julio Cesar pediu. Eu vou sair daqui, e encerramos a sessão. Fica mais fácil. Pronto. Fica mais fácil nesse ponto.

Eu vim aqui, na realidade, só para dizer que essa concessão que foi feita pelo Confaz é feita por unanimidade, não pela maioria de votos.

Eu, nem membro da Mesa Diretora sou. Estou aqui como suplente da Mesa. Eu quero convidar o Deputado Agaciel Maia para assumir a Presidência para que passe a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

(Assume a Presidência o Deputado Agaciel Maia.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós ouvimos tudo aqui. A verdade é que, se as Olimpíadas estivessem acontecendo no Brasil e começassem em todos os estados e não em Brasília, estaríamos aqui discutindo por que é que não estavam sendo feitos jogos aqui em Brasília. A gente traz os jogos para cá e, mesmo assim, o governo é criticado.

É brincadeira, não é?

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Julio Cesar, Líder do Governo, quero fazer um apelo a V.Exa. Na verdade, ao Governador Rollemberg, do qual sou Oposição, mas respeito como ser humano. Quero dizer que está faltando habilidade no processo de negociação.

Se verificarmos a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal, Deputada Telma Rufino, no ano de 2015, Deputado Wasny de Roure, veremos que esta aumentou em 16% a conta de água. A nossa conta de água aumentou 16%. Agora, em 2016, já está com 11% de reajuste. Se você pegar um reajuste sobre o outro, dá um pouco mais de 30%.

O que os servidores da Caesb querem é, simplesmente, a reposição da inflação, que é de 10%. Eles querem só isso. A Caesb não está subordinada à Lei de Responsabilidade Fiscal. Nem a Caesb, nem o BRB, nem a CEB estão subordinados a esta lei. Portanto, cabe ao governo ter a habilidade de chamar os trabalhadores para negociar.

Mas o que temos acompanhando o tempo todo? São denúncias infundadas. Uma hora é a história de que terroristas vão explodir reservatório, que estão sabotando o tratamento de esgoto. É só o que temos ouvido.

Portanto, tem que acabar com esse clima. O Governador Rollemberg era tão habilidoso quando negociava como deputado distrital e como senador para ajudar as categorias que estavam paradas. Acabou a habilidade desse homem habilidoso em negociar?

Eu, se sou Governador do Distrito Federal – não quero ser em hipótese alguma, viu Deputado Wellington Luiz? Não adianta escrever que eu quero ser

porque eu não quero –, chamo para negociar. O que cabe ao Governador do Distrito Federal neste momento? Chamar as categorias, negociar e ser verdadeiro, dizer o que pode e o que não pode. Pode? Pode. Não pode? Não pode. Não adianta ficar dizendo que vai ter efeito cascata, Deputado Agaciel Maia, porque empresa é empresa e servidor estatutário é outra coisa, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Portanto, eu queria pedir a todos nós aqui, ao Deputado Agaciel Maia, a V.Exa., a todos os deputados, que liguemos, todos nós, para o Rollemberg e que peçamos a ele para negociar com esses trabalhadores para sairmos desse impasse. Eu não conheço remédio para greve, Deputada Telma Rufino, que não seja a negociação. Justiça não resolve greve. Polícia não resolve greve. O que resolve greve é negociação. Portanto, está na hora de negociar.

Por último, quero conclamar a todos os deputados, e isso independe de ser da Base do governo ou não, porque vocês são da base do governo, mas não são burros e nem burras, são homens e mulheres inteligentes.

Sabe, Deputada Luzia de Paula, o Governador Rodrigo Rollemberg precisa tirar essa maldita ideia de OS da cabeça. Isso só traz terror para os servidores. Há servidores doentes, depressivos por causa dessa ideia absurda de OS, Deputado Agaciel Maia.

Portanto, V.Exa. que tem o respeito e eu sei que tem por parte do governador, precisa ajudar a convencê-lo a acabar com essa ideia. Botaram essa maldita ideia na cabeça dele. A maioria dos secretários e assessores dele que estão falando de OS não sabem o que é OS. Não vai dar certo isso no Distrito Federal. Ele tem que virar essa página e cuidar, efetivamente, da saúde pública do Distrito Federal, para que ela seja pública, universal. Essa é a proposta do SUS.

Organizações Sociais não passam, Deputado Wasny de Roure. OS não pode ser implantada. E se as OS forem implantadas, o Governador Rodrigo Rollemberg e os deputados que o apoiarem vão ser responsabilizados para o resto da vida, dado o estrago que ela fará na saúde pública do Distrito Federal.

Deputada Liliane, todo mundo sabe que eu tinha divergência ideológica com o pai de V.Exa., o Governador Roriz, mas eu era presidente da CUT e ele era o Governador do Distrito Federal. Quantas vezes, como presidente da CUT, sentei-me com ele para resolver problema de trabalhador? E resolvemos. Quantas vezes nós lhe demos sugestões e ele as acatou? Resolvemos problemas quase insolúveis, porque existia o respeito no processo de negociação. É o que está faltando. É preciso haver respeito por parte do Governo do Distrito Federal. E é preciso sepultar definitivamente essa maldita ideia de organizações sociais, que, para a saúde, não serve. Tem-se que acabar com isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu gostaria de consultar os Parlamentares se desejam fazer uso da palavra nos Comunicados de Parlamentares. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. Em seguida, o líder forte de São Sebastião, nosso Deputado Lira.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero agradecer a compreensão da Presidência desta Casa e justificar o meu atraso. Hoje pela manhã, estive em uma exaustiva audiência da CPI da Saúde e, ainda ontem, acompanhei, durante o dia, pela manhã e à noite, as negociações com a Polícia Civil - eu e o Deputado Cláudio Abrantes com a equipe econômica do governo e outros atores - e saí bastante preocupado, porque o governo apresentou, Deputado Agaciel Maia, uma proposta que é até difícil dizer que é passível de ser aceita.

A Polícia Federal tem uma proposta de 23% para o dia 1º de janeiro de 2017. O Governo do Distrito Federal apresenta para a Polícia Civil uma proposta de 7% em outubro, 10% em 2018 e 10% em 2019. Deputado Lira, Deputada Luzia, Deputados que têm estado na base do governo, Deputado Reginaldo, quero chamar a atenção de V.Exas. para o fato de que a proposta que o governo apresenta para a Polícia Civil inclusive colide com a proposta do PLP nº 257. O artigo 21, inciso III, Dr. Arlécio, fala que um governo não pode transferir para o governo seguinte, mesmo sendo o próprio, se eventualmente vier a ser reeleito, ou se for um outro... Inclusive, Deputado Agaciel Maia, a proposta alternativa que o Governo Federal está reencaminhando à Câmara dos Deputados mantém esse artigo e esse inciso praticamente, o que demonstra que o governo...

Aí o governo diz o seguinte: "Olha, o Governo Federal apresentou essa proposta". Ele se esquece de uma coisa: o Governo Federal apresentou um projeto de lei ao Congresso Nacional antes de o PLP nº 257 ser votado. Está tramitando no Congresso Nacional, quer dizer, a matéria está na esfera do Legislativo. Cabe, portanto, ao Legislativo dar-lhe uma definição. Ocorre que o PLP, na verdade, não foi votado. Faz-se uma proposta que colide com um projeto cuja data de votação na Câmara já foi anunciada. Era para ter sido votado na segunda-feira. Isso é uma demonstração de desrespeito, perdoem-me, de desrespeito, de irresponsabilidade.

Quero fazer um apelo ao Governo do Distrito Federal. Um dos paradigmas mais nobres que nós temos na área da segurança, Deputado Prof. Reginaldo Veras, é a isonomia com a Polícia Federal, porque é inconcebível que, para a mesma polícia que atua no Distrito Federal, a Polícia Civil, haja parâmetros salariais diferentes estando ela fazendo basicamente as mesmas coisas. E eu diria até mais, porque a Polícia Federal corre atrás dos crimes de colarinho branco, mas o bandido, o traficante, isso e aquilo outro, eles deixam mais para a Polícia Civil. É claro que, em alguns momentos, eles não podem fugir das atribuições deles.

Mas, olhem só, eu queria chamar a atenção do governo porque a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar, antes de 2003, recebiam nos termos do Orçamento da União. Criou-se o fundo como um elemento facilitador,

principalmente para incluir a saúde e a educação. A Constituição não delegou à União tratar qualquer responsabilidade no Distrito Federal com exclusividade, que é o caso da segurança pública, por uma questão de segurança nacional. E é correto. Por uma questão de segurança nacional, o setor da segurança pública no Distrito Federal é uma atribuição integral da União. Ora, como a União pode tratar a Polícia Federal e a polícia do Distrito Federal, que têm o mesmo fórum deliberativo, que é o Congresso Nacional, de maneira díspare, ridícula? Como é que vai ficar a bancada do Distrito Federal tendo que aprovar a proposta da Polícia Federal e a proposta para a Polícia Civil? É inconcebível. Acho que nós precisamos ter um pouco de juízo no processo de governança.

Vejam bem: o Governador Rollemberg, Deputada Luzia de Paula, até poderia não conseguir o aval da União, mas é dever de S.Exa. apresentar isso ao Presidente da República e ao Ministro Henrique Meirelles. S.Exa. não pode tratar a coisa simplesmente como uma relação de amizade. Isso é uma relação de atribuição pública. Hoje S.Exa. é governador, amanhã não é. Nós precisamos ter essa lucidez, porque tratam-se de instituições e de papéis das instituições.

Portanto, eu quero fazer um apelo desta tribuna. Eu sei que o Dr. Sérgio Sampaio, que coordenou o debate no dia de ontem, é uma pessoa altamente respeitada, um técnico bem posicionado no âmbito nacional. Ele foi diretor, sempre teve uma conduta inatacável, e nós não podemos misturar as coisas. Mas eu quero fazer um apelo ao governo. Nós não podemos reduzir o ato de governança a um ato de contabilidade. Nós não podemos tratar dessa forma.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu gostaria de fazer uso da palavra, já que estamos nos Comunicados de Parlamentares e eu não posso fazer um aparte.

Antes de ontem mesmo, na reunião que tivemos com o Governador, eu fui na mesma linha de raciocínio que V.Exa. está tendo. Quanto à Polícia Civil e à Polícia Federal em nível de Congresso Nacional, eu falei: "Governador, se eu estivesse no lugar de V.Exa., eu mandaria a proposta de mensagem para a Casa Civil para que fosse encaminhada ao Congresso a equiparação salarial da Polícia Civil com a Polícia Federal". "Mas, Deputado, há algumas questões..." Eu disse: "Mas essas questões todas deveriam ser debatidas em nível de Ministério do Planejamento, em nível de Casa Civil e até mesmo em nível de bancada, de senadores e deputados federais, para que se crie uma solução, mesmo que ela seja escalonada na mesma proporção. V.Exa., Governador, não pode ficar com essa batata quente. Até mesmo porque, se partirmos da premissa de que há indicativos de um reaquecimento da economia em 2017, se perdermos o *timing* da proposta orçamentária a ser encaminhada ao Congresso Nacional agora, ainda em 2016, depois não teremos condições de apresentá-la em 2017, tendo em vista as formalidades orçamentárias.

Então, V.Exa. deveria criar condições de discussão e diálogo junto ao Executivo federal, para resolver essa questão.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, acho que foi muito oportuno eu fazer essa minha fala na presença de V.Exa., que acompanha este debate. Eu queria até dizer que encaminhamos um requerimento à comissão e dar ao senhor – já deve ser do seu conhecimento – duas notícias: a primeira delas, colegas, Deputado Prof. Reginaldo Veras, é que o Tribunal de Contas do Distrito Federal reconheceu aquele trabalho que levantamos aqui, das perdas nos recursos do Fundo Constitucional, que, só neste ano, chegam a um montante próximo a 130 milhões de reais. Cumulativamente, chegam a ordem de 1 bilhão e 300 milhões de reais, devidamente corrigidas.

Isso, Deputado Prof. Reginaldo Veras, é só um dos itens, já reconhecido. Não é só esse simples Deputado que fala, desta tribuna, talvez até questões insólitas, vamos assim dizer. O próprio Tribunal de Contas do Distrito Federal, no seu plenário, reconheceu, a partir da análise dos técnicos daquela Casa.

Esse é o primeiro dado. O segundo dado, que também foi divulgado por nós, é que houve, no mês de maio e no mês de junho, uma queda significativa na receita corrente líquida, mas, ainda assim, Deputado Agaciel Maia, houve o crescimento não de 5,6%, que o governo previu na LDO, mas de 6,6%. E isso representou um montante adicional, no fundo, de 106 milhões de reais.

Encerrando as minhas palavras, a SOF deu uma declaração já reconhecendo o montante que foi declarado, que será o recurso para o ano de 2017: 12 bilhões e 800 e poucos milhões de reais. Portanto, é necessário que o governo seja um pouco mais cauteloso.

Eu gostaria de debater mais questões aqui e ainda, Deputado Agaciel Maia e Deputado Prof. Reginaldo Veras, trazer – sei que não tenho mais tempo – um outro debate – estou vendo aqui algumas figuras da Polícia Militar –, que foi o reconhecimento, no Conselho Especial do Tribunal de Justiça, de que não havia condições de se declarar inconstitucional o decreto de setembro de 2014 que viabilizava a solução funcional, o retorno de aproximadamente oitocentos policiais tanto da Polícia Militar, como do Corpo de Bombeiros, que prevê que sejam refeitos alguns exames após o admissional, para atestar as condições de estarem nas tropas. Portanto, que foi judicializado e que precisava ter uma redefinição.

Assim sendo, é um decreto que está em plena vigência. O que tivemos foi uma polícia militar omissa, morosa no trato da questão. Um corpo de bombeiros que até abriu os processos, mas não lhes deu conclusão nenhuma. Agora o Tribunal de Justiça reconheceu e não acolheu a representação do Ministério Público. Ora, vamos dar resposta a esses policiais, uma definição e uma solução para a vida das suas famílias! Vamos deixar de ser morosos, vamos deixar de enrolar, vamos ser firmes

naquilo que a legislação nos permite! Isso é mais uma enrolação que nós temos no âmbito do Distrito Federal. Digo isso, Deputado Prof. Reginaldo Veras, porque estive com o próprio governador e a representação, com um grupo de policiais, com a elite dessas duas corporações no gabinete dele.

Quero pelo menos fazer um apelo novamente, diante dessa decisão de julho, do Tribunal de Justiça, de reconhecer o decreto do Governo Agnelo Queiroz, que permite a correção da vida funcional de aproximadamente oitocentos policiais.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Quero parabenizar V.Exa. e também registrar, como membro da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, o papel relevante do Deputado Wasny de Roure ao esmiuçar o Fundo Constitucional, até então uma caixa preta. Agora, com todas essas discussões na referida comissão, começa-se a ter condições de se analisar detalhadamente a destinação dos recursos que vêm para Brasília.

Pergunto aos nobres Deputados presentes se querem fazer uso da palavra dentro dos Comunicados de Parlamentares.

Não havendo mais nenhum Parlamentar inscrito e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Muito obrigado.

(Levanta-se a sessão às 17h16min.)